



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O CONTEXTO FAMILIAR PÓS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Rute Grossi Milani¹; Sonia Regina Loureiro²

RESUMO: O ambiente familiar constitui uma área de interesse crescente em pesquisas sobre o desenvolvimento infantil. As transformações familiares e socioculturais que ocorrem na sociedade atual podem atuar no sentido de favorecer condições de risco psicossocial. A infância não é um período protegido destas influências, pelo contrário, pode ser permeada por situações adversas inerentes ao contexto familiar. Dentre as condições adversas do contexto familiar, às quais as crianças podem estar expostas inclui-se a violência familiar. Objetivou-se caracterizar a história de risco psicossocial, e comparar os recursos e adversidades dessas famílias a um grupo de famílias sem história de risco psicossocial. Foram avaliadas 40 famílias com filhos em idade escolar, divididas em dois grupos: G1- 20 crianças com história de violência doméstica e G2- 20 crianças sem risco relatado. Os pais responderam a uma entrevista semi-estruturada, ao Inventário de Recursos no Ambiente Familiar e à Escala de Eventos Adversos. Com relação ao tipo de violência sofrida, predominou a negligência, seguida pela violência física e psicológica. Observaram-se diferenças significativas quanto à ocorrência de adversidade parental, e semelhanças quanto aos recursos do ambiente familiar. Consta-se que as famílias atendidas por violência doméstica permaneceram expostas a adversidades, evidenciando a necessidade de continuidade das medidas do Conselho Tutelar.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Familiar, Ambiente Familiar, Adversidades e Conselho Tutelar.

INTRODUÇÃO

As transformações familiares e socioculturais que ocorrem na sociedade atual podem atuar no sentido de favorecer condições de risco psicossocial. A infância não é um período protegido destas influências, pelo contrário, pode ser permeada por situações adversas inerentes ao contexto proximal familiar ou ao contexto social mais amplo. Neste sentido, as dificuldades comportamentais, muitas vezes, vão mostrar-se associadas a esse contexto de vida, o que sugere a necessidade de estudos sistemáticos, desenvolvidos junto a crianças expostas a riscos psicossociais, o que poderá instrumentar programas de intervenção em relação a tal população (RUTTER, 1996). Dentre as condições adversas do contexto proximal, às quais as crianças podem estar expostas inclui-se a violência familiar.

¹ Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Maringá. Psicóloga, Doutora em Saúde Mental pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP.

² Professora Doutora do Departamento de Neurologia, Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP.

A violência no contexto familiar pode envolver atitudes de abuso ou negligência dos responsáveis direcionados à criança, bem como a violência interparental. Os estudos

sobre a violência direcionada à criança, com amostras referidas para serviços de proteção, evidenciam, que tais crianças, apresentam maior risco para problemas de comportamento, de ajustamento acadêmico e para a percepção social negativa (LISBOA et al., 2002; TOTH, CICCHETTI e KIM, 2002).

A violência doméstica pode estar associada a variáveis do ambiente familiar como psicopatologia dos pais, discórdia conjugal, baixa renda familiar e outros eventos de vida como experiência de separação e perda (JOURILES et al., 1998).

De um modo geral, os estudos que abordam a violência doméstica chamam a atenção para a necessidade de explorar os fatores do ambiente familiar que se associam a esta condição de risco. Tais estudos também sinalizam a necessidade de suporte para as crianças e famílias que experimentam tal adversidade.

Considerando-se que o Conselho Tutelar, enquanto suporte institucional, constitui-se um órgão relativamente recente no combate aos riscos psicossociais em nossa sociedade, torna-se relevante avaliar como famílias, que foram atendidas por esse órgão e receberam medidas de proteção, por estarem envolvidas com condições de violência doméstica, se encontram um tempo depois de tal suporte. Neste sentido, objetivou-se: a) caracterizar a história de risco psicossocial; b) comparar os recursos e adversidades de um grupo de famílias atendidas há três anos pelo Conselho Tutelar por violência doméstica a um grupo de famílias sem história de risco psicossocial relatada quanto a violência doméstica.

Ao se destacar o papel de provisão de suporte à criança e famílias por parte do Conselho Tutelar, enquanto um órgão de proteção a um risco amplamente reconhecido e complexo, como a violência doméstica, considera-se que os dados coletados junto às famílias poderão instrumentar práticas remediativas e psicoprofiláticas em relação à população envolvida.

METODOLOGIA

Participantes

Foram avaliadas 40 famílias, com filhos na faixa etária de oito a 12 anos incompletos, de ambos os sexos, distribuídas em dois grupos: 20 incluídas no Grupo 1 (G1) = risco psicossocial -violência doméstica, atendidas junto ao Conselho Tutelar do Município de Maringá – Paraná, há três anos, após uma primeira denúncia de risco psicossocial associado a violência doméstica; e 20 incluídas no Grupo 2 (G2)= sem história de risco psicossocial relatada.

Para a seleção dos 40 participantes, foram contatadas 106 famílias, 58 como possíveis integrantes do G1 e 48 como possíveis integrantes do G2. Para G1 e G2 foram excluídas do estudo crianças institucionalizadas, com história de adoção, que sofreram violência sexual, com Deficiência Física ou Mental evidente, e como condição de inclusão geral para G1 e G2 a residência com pelo menos um dos pais biológicos.

Os critérios de composição dos grupos foram analisados de forma sistemática, através de tratamento estatístico dos dados relativos à idade e ao nível intelectual da criança, à escolaridade da criança e dos pais, e ao nível socioeconômico da família. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em relação a tais variáveis analisadas.

Três famílias do G1 e três do G2 informaram a presença de outros familiares residindo no mesmo domicílio, além da família de origem, incluindo tio, sobrinho, cunhado e primo. Em três famílias do G1, o pai havia falecido, fato que ocorreu após a separação dos pais.

No G1, em 13 famílias, o estado civil do responsável era separado e, em sete, casado. Em seis famílias do G1, os pais permaneciam casados; em duas, os pais

estavam ausentes, um, por ter sido preso, e o outro, por estar trabalhando no exterior. No G2, em 18 famílias o responsável estava casado e, em duas, separado.

Instrumentos

Entrevista Semi-estruturada para os pais - realizada individualmente para investigar, além de tópicos relativos à história prévia de atendimento pelo Conselho Tutelar, a constituição familiar e as rotinas adotadas pela família.

Inventário de Recursos no Ambiente Familiar (RAF) – roteiro de entrevista semi-estruturada elaborado por Marturano (1999), visa à sondagem dos recursos do ambiente familiar, tem o objetivo de obter dados sobre condições relevantes para o desempenho escolar. Aplicado sob a forma de entrevista semi-estruturada, em que cada tópico é iniciado por pergunta aberta, seguida de questões fechadas, podendo-se esclarecer dúvidas, caso se faça necessário. Composto de três módulos, subdivididos em 13 tópicos, com um número variável de itens, a saber: A) Supervisão e Organização das Rotinas (cinco tópicos); B) Oportunidades de Interação com os Pais (quatro tópicos); C) Presença de Recursos no Ambiente Físico (quatro tópicos).

Escala de Eventos Adversos (EEA) – elaborada por Marturano (1999). Esta escala contém eventos adversos que podem ter ocorrido nos últimos 12 meses, ou anteriormente, na vida da criança. É formada por 35 itens. A escala é preenchida a partir de informações colhidas com os pais, através da leitura de uma lista de situações que podem ocorrer na vida das crianças, para que estes informem se alguma delas ocorreu com seu filho/filha.

Escala de Adversidade Crônica (EAC) - consiste em uma lista de 14 condições adversas crônicas, definidas como adversidade prolongada (com duração de mais de 12 meses) ou recorrente (ocorrência repetida durante um ano ou mais), elaborada por Marturano (1999), a partir de informações dadas espontaneamente pelas mães em entrevistas.

Critério de Classificação Socioeconômica Brasil (CCSEB) - (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES - ABA; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE PESQUISA DE MERCADO - ANEP; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS INSTITUTOS DE PESQUISA DE MERCADO - ABIPEME, 1997) – empregado para avaliação da classe socioeconômica, baseado no Levantamento Socioeconômico de 1996. Este instrumento permitiu o balanceamento dos grupos quanto ao nível sócio-econômico.

Procedimento de Coleta dos Dados

As crianças foram identificadas através do banco de dados do Conselho Tutelar de Maringá, mediante autorização do Juiz da Vara da Infância e Juventude de Maringá. Para cumprimento das normas éticas relacionadas à pesquisa científica, o projeto foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá.

As atividades de coleta de dados foram distribuídas da seguinte forma: primeiramente os pais responderam a uma entrevista semi-estruturada, face a face, a respeito de aspectos gerais dos cuidados com seu filho e aspectos específicos relativos à violência doméstica, com ou sem história prévia de acompanhamento pelo Conselho Tutelar, e história de dependência química atual ou pregressa por parte dos pais. Em seguida os pais responderam ao Inventário de Recursos no Ambiente Familiar (RAF), à Escala de Eventos Adversos (EEA), à Escala de Adversidade Crônica (EAC) e ao Critério de Classificação Socioeconômica. Todas as aplicações foram realizadas face a face, as questões foram lidas e a pesquisadora assinalava as respostas fornecidas.

Procedimento de Análise dos Dados

As entrevistas foram categorizadas e os instrumentos padronizados foram codificados e quantificados de acordo com as recomendações de cada técnica.

Foi verificada a normalidade dos dados através do teste de Kolmogorov-Smirnov (KS). O teste de KS evidenciou predominantemente uma distribuição normal dos dados, sendo recomendado o emprego do teste *t* de *student* para amostras independentes. Os dados que não apresentaram uma distribuição normal foram analisados por meio do Teste Não-Paramétrico *U* de Mann-Whitney. Em todos os procedimentos estatísticos adotou-se o nível de significância de $p \leq 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação ao tipo de violência sofrida, predominou a negligência, seguida pela violência física e psicológica. Observou-se a atuação paralela de diferentes formas de violência, como os subtipos de violência doméstica direcionada à criança e a violência interparental. Esses achados coincidem com outros estudos em que as diferentes formas de violência doméstica co-ocorrem, evidenciando, ainda, que crianças de lares violentos estão sob risco elevado de sofrerem violência de ambos os pais (TOTH; CICCHETTI; KIM, 2002).

Na avaliação dos recursos do ambiente familiar, detectou-se que eles são semelhantes para ambos os grupos quanto ao ambiente físico, à organização das rotinas e às oportunidades de interação com os pais.

As famílias de crianças vítimas de violência doméstica experimentaram mais eventos adversos que as sem história de risco psicossocial relatado, principalmente, as adversidades parentais pregressas, que incluíram mais situações de ausência da mãe, de conflitos recorrentes e brigas entre os pais, de separação e novo casamento dos pais, de abandono de um dos pais, de consumo de álcool ou droga ou problema de saúde mental por parte de um dos pais.

As famílias de crianças vítimas de violência doméstica também se apresentaram mais expostas à adversidade crônica, como o temperamento difícil dos pais, os conflitos conjugais recorrentes e o alcoolismo severo.

Os resultados sugerem que as crianças vítimas de violência doméstica carecem de fatores do ambiente familiar que deveriam servir como proteção para o desenvolvimento infantil, tais como a coesão familiar, compreendida pela ausência de conflitos recorrentes e relações familiares seguras e afetivas (MASTEN; GARMEZY, 1985).

CONCLUSÃO

Constata-se que as famílias atendidas por violência doméstica permaneceram expostas a adversidades, evidenciando a necessidade de continuidade das medidas do Conselho Tutelar.

No presente estudo ao se focalizar a família, identificou-se um conjunto de adversidades concorrendo com a violência doméstica, como o consumo de álcool ou droga, problema de saúde mental, temperamento difícil de um dos pais, aumento da ausência da mãe, conflitos conjugais recorrentes, separação dos pais e famílias monoparentais, caracterizando um peso maior às adversidades parentais e denunciando, dentre outros problemas, precários cuidados de saúde mental às famílias. Questiona-se se a violência doméstica constitui-se um ato pontual ou se faz parte de um contexto de vida permeado por adversidades. Nesse sentido, no estudo de riscos psicológicos, nem sempre é possível isolar um risco particular e a violência doméstica pode ser decorrente de processos complexos em que interagem múltiplas adversidades.

Sugere-se o desenvolvimento de outros estudos, de caráter longitudinal, para compreender a trajetória desenvolvimental das crianças vítimas de violência doméstica, considerando o tempo decorrido após a violência, no sentido de explorar o tempo que a

criança e a família demoram para se recuperar e os processos de superação das adversidades, incluindo aspectos como a interação familiar e as formas de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES (ABA); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE PESQUISA DE MERCADO (ANEP); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS INSTITUTOS DE PESQUISA DE MERCADO (ABIPEME). **Critério de Classificação Socioeconômica Brasil (CCSEB)**. São Paulo: ABA, ANEP, ABIPEME, 1997.

JOURILES, E. N.; McDONALD, R.; NORWOOD, W. D.; WARE, H. S.; SPILLER, L. C.; SWANK, P. R. Knives, guns, and interparent violence: Relations with child behavior problems. **Journal of Family Psychology**, Newbury Park, v. 12, n. 2, p. 178-194, 1998.

LISBOA, C. S. M.; KOLLER, S. H.; RIBAS, F. F.; BITENCOURT, K.; OLIVEIRA, L.; PORCIÚNCULA, L. P.; DE MARCHI, R. B. Estratégias de *coping* de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 345-362, 2002.

MARTURANO, E. M. Recursos no ambiente familiar e dificuldades de aprendizagem na escola. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 135-142, 1999.

MASTEN, A. S.; GARMEZY, N. Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. In: LAHEY, B.B.; KAZDIN, A. E. **Advances in clinical child psychology**. Nova York: Plenum Press, 1985. v. 8, p. 1-52.

RUTTER, M. Stress research: Accomplishments and tasks ahead. In: HAGGERTY, R. J.; SHERROD, L. R.; GARMEZY, N.; RUTTER, M. (Orgs.). **Stress, risk and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms and interventions**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 354-85.

[TOTH, S. L.](#); [CICCHETTI, D.](#); [KIM, J.](#) Relations among children's perceptions of maternal behavior, attributional styles, and behavioral symptomatology in maltreated children. **Journal of Abnormal Child Psychology**, New York, v. 30, n. 5, p. 487-501, 2002.